

Media e cidadania: expectativas e paradoxos. Os primeiros diagnósticos*

Rita Gomes Correia[†]

Índice

1 Expectativas na imprensa para a cidadania	1
2 Os primeiros diagnósticos críticos da imprensa e a emergência da modernidade	4
Conclusão	7
Bibliografia	8

A formação da modernidade envolveu uma grande expectativa no papel da imprensa para a promoção de uma sociedade mais esclarecida, apesar das diversas vozes cépticas que sempre se fizeram ouvir. Reconhecidos pelo seu papel nos processos de informação, envolvimento e mobilização social, os meios de comunicação têm vindo a constituir, ao longo do tempo, um poderoso instrumento de persuasão de efeitos cada vez mais poderosos, tendo passado a deter uma capacidade de influência social muito importante. No entanto, os media situam-se no

*Este texto é parte de um estudo mais amplo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, do ISCTE, e consubstanciado na tese “*Mass Media e Cidadania: Expectativas, Problemas e Paradoxos. Uma perspectiva Sociológica Crítica*”, defendida em 2008.

[†]ritagomescorreia@yahoo.com.

quadro de uma tensão em que são, por um lado, um bem cultural e, por outro, um produto comercial que os coloca no centro das expectativas e, conseqüentemente, das delusões.

1 Expectativas na imprensa para a cidadania

Fruto de uma conjugação de factores técnicos (progressos tipográficos e desenvolvimento dos transportes, serviços postais e vias de comunicação) com o nascimento de uma opinião pública mobilizada pelas guerras (guerra civil inglesa e guerra dos trinta anos) e revoluções (Francesa e Americana), a imprensa aparece no início do século XVII¹ como uma fonte privilegiada de conhecimento. Os jornais têm um baixo custo, são criados clubes onde o público pode aceder à leitura de diversos jornais a um baixo preço e os textos mais entusiásticos são lidos e discutidos publicamente em salões políticos, cafés ou mesmo nas ruas. Nos séculos XVII e XVIII começaram a surgir formas de es-

¹Saindo todas as semanas, com doze páginas e uma tiragem de 1200 exemplares, o primeiro jornal regular francês foi o *La Gazette*, de Théophraste Renaudot, cuja primeira edição data de 30 de Maio de 1631 (Breton, 1997 [1989]: 75).

paço público de discussão dos assuntos comuns, onde a leitura comunitária tem lugar, chegando a abranger nos debates a participação dos analfabetos, condição bastante vulgarizada na época.

O filósofo do iluminismo alemão Immanuel Kant vislumbrou nesta época a possibilidade de criar uma cidadania activa e a participação na vida política através de um processo público de criação e discussão baseada na responsabilidade individual, crítica e autónoma dos indivíduos. Três condições eram necessárias do seu ponto de vista para esse objectivo: indivíduos responsáveis e capazes de ter uma opinião própria, isenta de influências; filósofos contribuindo com pensamentos críticos para fomentar o surgimento de novas ideias e soluções; e um espaço público, livre e plural, que possibilitasse o diálogo, a discussão e o consenso.

A imprensa começa a obter legitimidade social ao encarregar-se da difusão dos conteúdos e dos projectos políticos cujo conhecimento se apresentava como imprescindível para uma cidadania consciente, promovendo ao mesmo tempo o debate, a análise e a fiscalização da coisa pública. Os jornais assumem-se crescentemente como representantes dos interesses dos cidadãos e as tentativas de intromissão são entendidas como uma ameaça a um direito inalienável – a liberdade de imprensa.

Dos dois lados do Atlântico, no rescaldo das revoluções Francesa e Americana, a imprensa é apresentada como um baluarte da liberdade, da opinião e da cidadania e, como tal, um dos direitos mais valiosos do homem (Keane, 1991; Breton, 1997 [1989]). Sob a influência da ascensão da burguesia, a imprensa apresenta a política como um assunto de todos, independentemente do estrato so-

cial, do rendimento económico, do nível de instrução ou das diferenças entre homens e mulheres.

No entanto, a realidade da expansão da imprensa não tomou o rumo dos ideais de Kant. Desde os primórdios da imprensa que estão presentes vários aspectos que distorcem o projecto de conceder informação esclarecida a todos os cidadãos. A maioria das publicações periódicas que surge neste período tem uma vida curta, uma tiragem restrita e um carácter pouco jornalístico na verdadeira acepção desta palavra. Eram normalmente jornais de um único redactor que se dirigiam a sectores específicos ou cujo conteúdo informativo era pequeno. Note-se que apenas um terço dos jornais publicados na Europa nos séculos XVIII e XIX podem ser considerados como tendo um teor político. “Alguns tinham como alvo grupos profissionais específicos, como os mercadores ou os fabricantes, outros eram anunciantes semanais [...], e uma terceira categoria destinava-se aos grupos locais (naturalmente, na sua maioria, das classes alta e média) e dava-lhes pormenores sobre moda, compras, teatro, etc.” (Sorlin, 1997 [1994]: 58). Em Inglaterra, em grande medida, as publicações têm como principal objectivo a difusão de anúncios que garantam as receitas necessárias à sua subsistência, pelo que muitas vezes os seus conteúdos são fortemente sensacionalistas. Em França, o semanário francês *Le père Duchesne*, de Hébert, que alcançou grande sucesso, chegando a sua tiragem aos 80.000 exemplares, utilizava um vocabulário contendo expressões sensacionalistas, violentas e até mesmo ordinárias que “chocam os puritanismos provincianos mas com os quais os parisienses se regalam, incluindo os burgue-

ses, para provarem a si próprios que não são pretensiosos” (Jeanneney, 2003 [1996]: 61).

Este período não foi caracterizado apenas pelas alterações nos meios de informação. Um aspecto fundamental foi a profunda transformação ao nível da própria sociedade civil. Com o desenvolvimento dos principais centros urbanos e a migração das populações para as cidades, surgiram inúmeros movimentos sociais e políticos, de características meramente associativas, que, por um lado, fomentaram a adopção e criação de diversos locais para a discussão e a partilha de ideias de vária ordem, como salões e cafés, e, por outro, contribuíram para acentuar a percepção das divergências existentes. Surgiu também uma maior consciência da individualidade e uma profunda mudança dos hábitos sociais e culturais que, a par com a proliferação dos meios de informação escritos e a comercialização do lazer, conduziram a uma alteração das próprias formas de leitura tornando-a num acto cada vez mais individual, banal e acrítico.

Por tudo isto, podemos perceber que a imprensa, desde a sua génese, apresenta três factores que se afastam dos ideais de Kant: tem mostrado sempre uma forte predisposição para a persuasão; a acção, o entretenimento e o comércio, ao invés da reflexão e do debate críticos, são muitas vezes a tónica; e, pelos seus laços frequentes a correntes de pensamento específicas, tem mostrado dificuldades em garantir a total independência e pluralidade do meio enquanto espaço público. Mas a ideia de uma imprensa livre continua a ser legitimada, na perspectiva dos cidadãos, em duas vertentes fundamentais – na importância que ela própria encerra e nas consequências da falta dela.

Relativamente à importância da imprensa, em primeiro lugar, esta, ao descrever o que se passa, elimina o secretismo dos governos. O segredo, porque normalmente associado à protecção dos privilégios dos poderosos, é considerado como negativo e um entrave à transparência dos temas públicos. Se a soberania passou a provir do povo então é necessário que tudo esteja ao alcance deste, no espaço público. Em segundo lugar, esta época caracteriza-se por uma aproximação aos ideais democráticos e, consequentemente, às formas de democracia directa. Ora, a imprensa, pela sua facilidade de acesso, facilidade de leitura e baixo custo, assume-se como um meio de estímulo do debate e da participação social. Por último, o facto de uma imprensa livre existir constitui, por si só, uma forma de pressão política. O trabalho jornalístico não contempla apenas a mera descrição dos factos, mas também a interpretação, agendamento e selecção dos temas, contribuindo para a aceleração dos processos políticos e sociais, o envolvimento emocional e o questionamento constantes que tende a mudar as regras do jogo. Para além de fornecer uma visão genérica, global e perceptível dos acontecimentos aos cidadãos, dá-lhes uma priorização e temporização dos assuntos em debate, circunstância que consequentemente condiciona a acção dos corpos sociais e políticos envolvidos.

Desde cedo, o poder político viu a necessidade de intervir na imprensa, quer através de acções (disseminando as suas ideias sociais e políticas através do jornal, por vezes com características puramente propagandísticas), quer através de omissões (limitações ao pluralismo e à liberdade de expressão e opinião), o que fomentou, logo no século

XVIII, diversos debates sobre os meios e limites da censura do estado.

Estes debates vêm sustentar e reforçar o papel da imprensa na sociedade. No entanto, a par de toda esta fundamentação girando em torno dos cidadãos, existe um outro factor legitimador da liberdade de imprensa. Mais do que negar que a liberdade de opinião conduz à rebelião ou à desordem, como já Erskine referia na sua defesa a Thomas Paine, a imprensa vem mostrar que a livre expressão é fundamental para acalmar, diluir e extinguir a indignação dos indivíduos face ao governo. É a utilização da comunicação como substituta das guerras, como mobilizadora e como meio de nivelamento social. Existe, porém, ainda um outro aspecto que não deve ser negligenciado. Dado o sucesso alcançado pelos jornais e o crescente interesse das populações pelos acontecimentos, as tiragens aumentaram exponencialmente, o que conduziu a que os periódicos de então passassem a ser rentáveis.

Começa a desenhar-se o tabuleiro deste complexo jogo. O poder político, porque necessita de um meio para difundir as suas ideias, de curto ou longo prazo; por motivos de gestão estratégica ou até com o objectivo de aumentar as receitas do Estado², protege e subsidia a imprensa. Os proprietários e os barões dos jornais, para além de necessitarem de garantir a sua subsistência, descobrem que existe um potencial económico a explorar³ e que quanto maior a audiência

²Em Inglaterra, em 1712, vigorava um decreto que obrigava todos os donos de jornais a pagar um *penny* por folha impressa e um *shilling* por qualquer tipo de promoção, tendo ainda sido posteriormente alargado o âmbito de aplicação e aumentados os valores de referência.

³O século XVII viu também a publicidade na im-

do meio maior é o seu poder de atracção publicitário. O mercado, que irá assumir o seu papel de forma mais incisiva com o desenvolvimento industrial, começa também a despontar. E os cidadãos, sob o manto das novas noções de liberdade, autonomia e participação, esperam ter nos periódicos a fonte informativa acessível, segura e necessária a um bom desempenho do direito de opinião.

2 Os primeiros diagnósticos críticos da imprensa e a emergência da modernidade

Talvez se possa encontrar em Claude Adrien Helvétius (1715-1771) uma das primeiras formas de pensamento crítico sobre a imprensa e a sociedade de massas. Filho de um médico de Luís XV e utilitarista convicto, Helvétius defendia que os indivíduos, regra geral, para além de muito flexíveis e manipuláveis, eram demasiado ignorantes. Fruto das suas atitudes e pensamentos irracionais e de uma governação de perfil pouco educativo, os indivíduos apenas são movidos pela busca do prazer e a recusa da dor. Assim, de nada servem os discursos já que os sujeitos nem os escutam nem os compreendem. O que urge fazer é criar meios de reforço e punição social, através de legislação adequada, que permitam que as pessoas sejam conduzidas a uma maior felicidade racional e objectiva (meta ideal de qualquer governo),

presta nascer e crescer, de tal forma que alguns historiadores se têm referido ao século XVIII como o período de nascimento de uma sociedade de consumo. Em 1650 os periódicos de Londres tinham, em média, cinco anúncios. Em 1750 essa média já rondava os cinquenta, anunciando eventos culturais, corridas de cavalos, curandeiros, conferências sobre ciência em cafés, bailes, etc. (Briggs, 2005 [2002]: 69-75)

ainda que eventualmente seja necessário proteger os indivíduos uns dos outros e até de si próprios. Para Helvétius a governação exige conhecimentos, portanto o poder de decidir e elaborar as leis deve ser exclusivo dos especialistas.

Para além de estarmos perante concepções bastante distintas das de Kant, três ordens de problemas podem ser apresentadas para questionar as posições de Helvétius. Por um lado, no que diz respeito aos potenciais conflitos de interesses associados à sua visão utilitarista, o interesse do governante pode não ser o mesmo que o do governado. Por outro lado, a entrega do poder absoluto aos especialistas apenas substitui uma tirania associada à ignorância e ao medo por uma outra de cunho tecnológico e racional. Finalmente, o seu objectivo de felicidade negligencia que os indivíduos podem ser felizes mas a ideia de liberdade perde-se. No entanto, é forçoso reconhecer que os indivíduos são efectivamente, na sua maioria, sujeitos à persuasão e mesmo à manipulação e as suas emoções e aspirações tendem a ser um guia para a sua acção, ainda que de forma inconsciente.

Helvétius, porém, não foi o único céptico. Várias outras figuras e pensadores, ainda que em desacordo em outros aspectos, teceram argumentos e manifestaram receios quanto à imprensa e ao advento de uma sociedade de massas. Começando pela concepção que tinham de cada indivíduo, é possível constatar que, para filósofos políticos como Tocqueville (1805-1859) e Proudhon (1809-1865), apesar das suas diferenças, o povo não dispõe de conhecimentos de base suficientes para a assumpção de uma qualquer

responsabilidade social e política⁴ (Montesquieu e Saint-Simon, aliás, comungavam da mesma ideia). Tal como Helvétius, Tocqueville (e novamente Saint-Simon) pensava que os indivíduos buscam essencialmente, de forma consciente ou não, a satisfação dos seus interesses, necessidades e desejos individuais pelo que são facilmente objecto de persuasão e induzidos a cair no facilitismo preguiçoso da igualdade. Para Tocqueville “os homens não seriam capazes de gozar a liberdade política sem a adquirir em troca de alguns sacrifícios, e só se apoderam dela com muitos esforços. Mas os prazeres que a igualdade proporciona oferecem-se espontaneamente” (Tocqueville, 1888: 261). Um dos seus piores receios era que os indivíduos, em nome da igualdade ou por mera inércia comodista, abdicassem de assumir o seu poder, a sua responsabilidade e até a sua autonomia cívica. Tocqueville detectou também uma outra ameaça decorrente da igualdade das massas – o individualismo. Com a crescente igualdade das condições sociais, os indivíduos já não estão tão susceptíveis de exercer ou sofrer pressões relativamente aos seus semelhantes, embora disponham de meios suficientes para serem autónomos. Não estando mais dependentes de um colectivo para alcançar os seus fins, para satisfazer as suas necessidades, os sujeitos passam a definir as suas prioridades de forma indivi-

⁴Maistre (1753-1821) ainda ia mais longe ao considerar que os seres humanos são, por natureza, predominantemente irracionais e que tudo o que for racionalmente explicado será sempre alvo de crítica, dúvida e refutação a curto prazo e “a única coisa capaz de dominar sempre os homens é o mistério impenetrável” (Berlin, 2005 [2002]: 183), presente por exemplo na religião. Esta aura de mistério é exactamente a antítese da imprensa.

dual e a considerar que o seu futuro está unicamente nas suas mãos. “A igualdade coloca os homens uns ao lado dos outros, sem laço comum que os mantenha. O despotismo levanta barreiras entre eles e separa-os. Dispõe-nos a não se preocuparem com os semelhantes e faz da indiferença uma espécie de virtude pública” (Tocqueville, 1888: 266).

Pierre-Joseph Proudhon, por seu lado, considerava que a questão essencial residia no facto do povo, pela sua inferioridade e miséria, não conseguir compreender a complexidade governativa. “Da política só compreende a intriga, do governo a abundância e a força, da justiça só a perseguição, da liberdade só a faculdade de erigir os ídolos que derruba no dia seguinte”, escreve Proudhon (1996 [1863]: 57-58). Para este fundador da ideia anarquista, o povo, pela sua ignorância, premência de necessidades e ansiedade pelos desejos, tende a confiar os seus destinos a formas de autoridade sumárias porque o que procura “não são garantias legais, das quais não faz qualquer ideia e não concebe o poderio; não é em absoluto uma combinação de mecanismos, uma ponderação de forças, das quais não sabe que fazer: é um chefe em cuja palavra possa acreditar, cujas intenções sejam suas conhecidas e que se devote aos seus interesses. A esse chefe, ele dá uma autoridade sem limites, um poder irresistível” (Proudhon, 1996 [1863]: 57). Desta forma, na prática pouco se altera com a transição das formas de governo assentes na autoridade para as assentes na liberdade, o poder continua centralizado nos detentores de conhecimento cabendo ao povo apenas a escolha, por maioria, dos seus representantes. “A liberdade existe, mas na esfera da sociedade burguesa, cosmopolita como os

seus capitais: quanto à multidão, esta entregou a sua demissão, não só política mas económica” (Proudhon, 1996 [1863]: 58).

A imprensa também não era vista com bons olhos. Ao contrário de Helvétius que desvalorizava o papel da imprensa junto dos indivíduos, Saint-Simon considerava que os jornalistas eram como que advogados ardilosos que, treinados para o logro e para escrever uma coisa pensando outra, tinham conquistado a exclusividade da confiança das classes mais baixas escrevendo panfletos revolucionários que as levaram ao poder. Também Proudhon se refere aos jornalistas como advogados⁵ que, ao invés de representarem a liberdade, o direito ou a verdade, representam interesses pessoais e corporativos. Enquanto a verdade é absoluta, a prática de uma informação reduzida, ilustrada ou aumentada resulta numa mentira. Desta forma os jornalistas deveriam ser independentes, não ambiciosos e incorruptíveis mas “é necessário confessar que nas condições em que estão colocados, sob a influência de pressupostos que partilham, de interesses nos quais têm a sua parte, é difícil obter essa alta independência, essa veracidade sem nódoa que são as virtudes por excelência do jornalista como do historiador. A sua verdade nunca é senão relativa, a sua virtude uma meia virtude, a sua independência uma independência que tem necessidade, para se manter, de uma suficiente e antecipada compensação” (Proudhon, 1996 [1863]: 145). Nem mesmo através da diversidade de publicações é possível para

⁵“Falais, Senhores, como jornalistas ou como advogados? Um é tão respeitável quanto o outro: mas explicai-vos, pois destas duas coisas igualmente respeitáveis a confusão faria uma infâmia” (Proudhon, 1996 [1863]: 149).

este pensador alcançar a verdade já que considera uma “total alquimia” a tentativa de extrair a verdade da comparação dos seus artigos com os dos seus concorrentes. Proudhon lembra que, em última análise, os jornalistas trabalham para uma empresa de jornalismo⁶ em cuja base está um capital fornecido por acções, que não é mais do que uma sociedade comercial que, como qualquer indústria ou loja, tem como principal objectivo o lucro e, como tal, acima de tudo, necessita conquistar o público para ter audiência, os industriais para ter rendimentos publicitários e o poder para garantir a sua existência.

Podemos salientar três aspectos que consideramos fundamentais nestes primeiros diagnósticos críticos. Em primeiro lugar, nota-se o impacto da utilização das formas puras associadas aos conceitos de democracia e cidadania. Coexistindo permanentemente dois valores tão difíceis de articular como a autoridade e a liberdade em qualquer sociedade, torna-se irrealista o alcance de uma forma de governo democrático pura. Apesar do fascínio que tal objectivo representa junto do público, este tem um claro cunho idealizado. Em segundo lugar, se por um lado, são evidentes as dificuldades do povo em aceder a conhecimentos suficientes que lhe permitam compreender claramente o plano político e as suas condicionantes, por outro, a imprensa tende a alimentar (e a

alimentar-se) do engrandecimento dessa expectativa. Desta forma, os indivíduos, movidos predominantemente pelos seus desejos, interesses e emoções e frequentemente mais distantes da noção de colectivo, tendem a acreditar que a democracia pura é possível e que pode ser levada a cabo por um qualquer representante confiável erigido como um ídolo com o auxílio da imprensa. Esta constatação remete-nos para o terceiro aspecto – o problema da fragilidade estrutural dos jornalistas. Em contextos de liberdade política e de imprensa em que qualquer um tem o direito de dizer o que quiser, o facto de, muitas das vezes, os jornalistas poderem estar a representar interesses pessoais e corporativos constitui um risco que não é, de todo, negligenciável.

Observamos que a imprensa, para além de ser ela própria concebida com exagerado recorte utópico por parte dos indivíduos, assume um importante papel como fomentadora dos anseios por formas puras de democracia e cidadania. No entanto, os jornalistas não contam com independência total e estão, muitas vezes, ligados a elites políticas, sectores económicos e círculos literários, longe de um ideal de “factualidade” e de objectividade que só virão a ter na passagem para o século XX. Até esta altura, a imprensa caracterizou-se por dar origem a um jornalismo de opinião política e literária.

Conclusão

A cidadania só é possível na presença de uma sociedade civil activa, se existirem indivíduos suficientemente informados, envolvidos e mobilizados para, em determinado momento, abdicarem do seu individualismo confortável, egoísta e por vezes apático em

⁶“Eis o jornal, órgão da verdade, feito indústria, loja. Para aumentar os seus benefícios, para conquistar o assinante, o jornal deverá amenizar, acariciar o pressuposto; para assegurar a sua existência, deverá predispor ainda mais o poder, apoiará a sua política tendo o ar de a censurar; juntando a hipocrisia à covardia e à avareza, justificar-se-á alegando as numerosas famílias que faz viver. Fidelidade, à verdade? – não, à loja: tal será, quer se queira quer não, a primeira virtude do jornalista” (Proudhon, 1996 [1863]: 145).

prol de objectivos comuns e pautados por valores éticos, de verdade e justiça. Os *media*, desde sempre, chamam a si a missão de fornecer aos sujeitos as condições informativas necessárias para uma cidadania consciente. No seu âmbito mais ideal, a democracia tem como base conceitos elevados como a liberdade, a igualdade e a fraternidade e em processos de discussão pública transparentes, equitativos e plurais. Sabemos que estes ideais são igualmente partilhados pela imprensa e pela comunicação mediática. Os indivíduos são constantemente recordados destas aspirações, da importância da sua existência, da beleza e rectidão que lhe estão associados e das vantagens que elas encerram. No entanto, a realidade apresenta-se de forma bem mais complexa. Nem as formas de governação puras se podem adaptar a uma qualquer sociedade contemporânea, nem os próprios media alguma vez dispuseram dos meios e da autonomia suficientes para cumprirem verdadeiramente as suas missões.

Bibliografia

- ALVES, Mário Correia (2000), *O Pensamento Social de Tocqueville*. Oeiras: Celta Editora.
- BAYET, Albert (1971), *História do Livre-Pensamento*. Lisboa: Editora Arcádia.
- BERLIN, Isaiah (2005), *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- BERLIN, Isaiah (2006), *O Poder das Ideias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BLACKBURN, Simon (2007), *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Gradiva.
- BOUDON, Raymond e Bourricaud, François (2007), *Dicionário Crítico de Sociologia*. S. Paulo: Editora Ática.
- BRETON, Philippe e Proulx, Serge (1997), *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- BRETON, Philippe (2001), *A Palavra Manipulada*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BRIGGS, Asa e Burke, Peter (2005), *De Gutenberg a Internet. Una Historia social de los medios de comunicación*. Espanha: Taurus.
- CRATO, Nuno (1982), *A Imprensa. Iniciação ao Jornalismo e à Comunicação Social – I*. Lisboa: Editorial Presença.
- CRUZ, M. Braga da (2004), *Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GARCIA, José Luís (2003), “A crítica política da tecnologia como tarefa da sociologia contemporânea”, in *Revista Trajectos*, nº. 2, Janeiro de 2003, Lisboa.
- GARCIA, José Luís (2003), “Sobre as origens da crítica da tecnologia na teoria social. A visão pioneira e negligenciada da autonomia da tecnologia de Georg Simmel”, in Martins, Hermínio e Garcia, José Luís (Org.) (2003), *Dilemas da Civilização Tecnológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- GARCIA, José Luís (2007), “Comunicação, abundância informacional e aparência”, in Pires, Edmundo Balsemão (coord.) (2007), *Espaços Públicos, Poder e Comunicação*. Porto: Edições Afrontamento.
- JEANNENEY, Jean-Noël (2003), *Uma História da Comunicação Social*. Lisboa: Terramar.
- KEANE, John (1991), *A Democracia e os Media*. Lisboa: Temas e Debates.
- MCQUAIL, Denis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MILL, Stuart (1973), *Ensaio sobre a Liberdade*. Lisboa: Editora Arcádia.
- NEVEU, Érik (2004), *Sociologia do Jornalismo*. S. Paulo: Edições Loyola.
- PROUDHON, Pierre-Joseph (1996), *Do Princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução*. Lisboa: Edições Colibri.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1993), *História da Propaganda*. Lisboa: Planeta Editora.
- RENAUT, Alain (2002), *História da Filosofia Política, Vol. 4 – As críticas da Modernidade Política*. Lisboa: Instituto Piaget.
- RIEFFEL, Rémy (2003), *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.
- SIMMEL, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- SIMMEL, Georg (2006), *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- SORLIN, Pierre (1997), *Mass Media*. Oeiras: Celta Editora.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1996), *A Era da Cidadania – De Maquiavel a Jefferson*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SUBTIL, Filipa (2006), “A comunicação entre a utopia e a tecnocracia”, in *Análise Social*, nº. 181, Lisboa.
- THOMPSON, John B. (1995), *A mídia e a Modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Tocqueville, Alexis de (1888), “De la Democratie en Amérique”, in Cruz, M. Braga da (2004), *Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TÖNNIES, Ferdinand (1979), *Comunidad y asociación*. Barcelona: Ediciones Península.
- WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*. Algés: DIFEL.